

Retomada do desenvolvimento

GUSTAVO SCHMIDT NABUCO *

A greve dos petroleiros, sem entrar em maiores considerações sobre o seu absurdo radicalismo, teve o aspecto positivo de despertar uma ampla conscientização nacional de que somente grupos corporativistas estimulados por correntes alienadas de esquerda consideram o programa de privatização como uma questão ideológica.

Tornou-se evidente a opinião pública que o capitalismo de estado que, sob o disfarce de socialismo, levou a economia russa à sua trágica situação atual não pode perdurar em nosso país. É óbvio que deverá ser conservado um núcleo de estatais, a partir da Petrobrás, que, por sua potencialidade de recursos técnicos e financeiros, são indispensáveis ao plano de desenvolvimento ora empreendido pelo governo. Mas, nesse plano, há também que se proceder a uma ampla revisão.

Não há um levantamento aproximado sequer do total dos superfaturamentos em obras públicas, do desvio de verbas, do nepotismo e das mordomias, das fraudes do INSS, da sonegação fiscal, da inadiplência às instituições oficiais de crédito, e da desastrosa gestão dos bancos estaduais. São rubricas que não podem deixar de figurar no passivo da nação, pois muito contribuíram na formação da dívida interna e seus custos de rolagem.

Felizmente, as reformas essenciais estão sendo encaminhadas: privatizações, concessões de gás canalizado, conceito de empresa nacional, navegação de cabotagem, quebra do monopólio das telecomunicações e da exploração do petróleo.

Não seria temerário afirmar que a reforma tributária constitui o ponto de partida, que ensejará o alcance da meta final. É incontestável que a carga tributária é perversa e em muitas situações estimula a sonegação e inibe o desenvolvimento. A proteção do governo no envio de sua proposta ao Congresso, apesar da cobrança da sociedade civil, deve-se ao cuidado que a matéria exige. É fato que existem muitas sugestões válidas no Congresso. Mas uma reforma tributária, que os brasileiros há tantos anos reivindicam — os especialistas na matéria o sabem — exige a cada inovação um exame laboratorial. As situações de fato apresentam uma multiplicidade de aspectos, muitas vezes imprevisíveis na elaboração do texto, distorcendo a situação de direito, inclusive em questões claras, com jurisprudência pacífica.

A esse respeito, vale ressaltar que a obrigatoriedade do recolhimento do Imposto de Renda nas operações de bolsa é incompreensível num país que objetiva a sua

modernização. O tratamento se caracteriza pela diferenciação. O investidor nacional é penalizado, o estrangeiro é beneficiado. Com isso, acarretam-se dificuldades às empresas de capital aberto, nos seus aumentos de capital, e, bem assim, onera-se, na outra ponta, o próprio erário público. Os negócios bursáteis são incentivados em todos os mercados do mundo. Se tributar exageradamente é uma postura, visando a coibir irregularidades flagrantes nas bolsas de valores, esta não é uma prática salutar. Nos Estados Unidos, existe a SEC (Securities Exchange Commission), temida, pois pune exemplarmente os infratores. No Brasil, temos a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), com lamentável diferença de força. A nossa instituição está desaparelhada por simples falta de atenção governamental.

O Brasil é o único país do mundo que exporta impostos. Todos os países exportadores adotam uma política de invejáveis incentivos à exportação. Aqui o produto nacional não tem como competir frente aos incentivos agregados aos importados e aos encargos tributários internos, que oneram todo o processo produtivo exportador. Os exemplos são muitos e eloquentes, embora a indústria brasileira persiga a competitividade, quando então esbarra nos problemas infra-estruturais. Os transportes das mercadorias são efetuados em estradas de níveis de conservação que variam de 40% a 50%, abaixo do aceitável, prejudicando o fator tempo e custos.

Se a peça inicial da Reforma Tributária for bem colocada, os encaixes se ajustarão suave e sucessivamente. Em curto prazo serão palpáveis, nos serviços com menos custos, nos preços que representarão o mínimo possível e a juros não "escorchantes".

Cabe recordar que, em vários momentos de nossa História recente, enfrentamos enormes problemas, análogos aos que atravessamos agora: falta de crédito, comércio lojista alarmado com a queda nas vendas e as indústrias assustadas com os cancelamentos de pedidos. Soubemos vencê-los, aproveitando oportunidades de solução menos favoráveis que as atuais.

Nada nos impede portanto de implementar um novo ciclo de prosperidade na economia brasileira. O governo já determinou a elaboração de projetos de expansão da produção e da infra-estrutura, em consonância com empreendimentos associados com países vizinhos, abrangendo doze eixos de desenvolvimento. Com seriedade e objetividade, podem e devem ser concretizados.